

INTERNETLAB

RELATÓRIO
ANUAL

2021



SUMÁRIO

Apresentação	03
Carta da Diretoria	04

Áreas de Atuação	06
Privacidade e Vigilância	07
Liberdade de Expressão	10
Desigualdades e Identidades	13
Informação e Política	17
Cultura e Conhecimento	20

Nosso Trabalho em 2020	23
InternetLab em 2021	24
Internetlab em Números	25
Imprensa	26

Principais Lançamentos	28
Revista Internet&Sociedade	29
Semanário	30

Nossa Estrutura	31
Transparência e governança	32
Financiamentos e Parcerias	35
Com o que gastamos em 2021?	38
Nossa Equipe	39

Expediente	42
-------------------	-----------

APRESENTAÇÃO

A promoção de direitos humanos em meio à digitalização da política e da cidadania requer uma abordagem tanto enraizada nos problemas sociais, como nativa nas inovações constantes apresentadas pelo digital. O InternetLab, centro de pesquisa em tecnologias e direitos, é uma organização brasileira que busca formular como essa abordagem pode ser. Nos dedicamos a pesquisar como os direitos são afetados pela tecnologia, e a formular como a tecnologia deve ser afetada pela disputa por direitos. Produzimos conhecimento que pode estar na base da implementação de políticas públicas e de regulação, sendo um nexo de articulação entre setores que observam as inovações de perspectivas diferentes.

O ano de 2021 deixou ainda mais claro esse processo de mútua afetação. Após o início da pandemia, a presença do digital se aprofundou na esfera pública. Questões envolvendo tecnologias, direitos, políticas de internet e democracia foram centrais no debate público. Em um ambiente cercado por denúncias de abuso, desinformação e questões de discurso de ódio, as reivindicações por regulações para plataformas digitais aumentaram e uma série de processos de discussão se aceleraram em todo o mundo.

No contexto nacional, esse cenário convergiu com os debates de desinformação que impulsionaram o Projeto de Lei das Fake News em 2020 e ganharam os contornos da polarização política do país. Um ano depois, e após diversas propostas e pressões para proibir a moderação de conteúdo, o projeto ganhou contornos de um processo político de regulação de plataformas, e sua tramitação voltou a ganhar força.

Precedendo um ano eleitoral desafiador, 2021 foi marcado por um profundo debate - e conflito - sobre moderação de conteúdo, liberdade de expressão, proteção de dados e direitos dos usuários. Nesse cenário, o InternetLab participou da discussão política e da produção de conhecimento voltado para a efetivação de direitos em questões relacionadas à tecnologia.

CARTA DA DIRETORIA

Atravessado pela aceleração de processos e transições ao digital com ignição dada pela pandemia de Covid-19, 2021 foi um ano para o InternetLab começar a de fato navegar por novas águas. Se 2020 abriu um novo ciclo de novos enquadramentos no campo das políticas de internet, deixando nítido que agendas do passado faziam cada vez menos sombra no futuro, foi no ano seguinte que características marcantes desse novo momento começaram a ficar iluminadas.

Um processo político emblemático foi a continuidade da discussão sobre o “PL das Fake News”. Iniciado como a construção de uma arma contra a “disseminação de notícias falsas”, o aniversário de um ano desse projeto de lei escancarou que aquele era apenas o início da conversa. 2021 iluminou que o “PL das Fake News” encarnava o processo brasileiro de regulação de grandes plataformas digitais, ao menos neste biênio. Mais do que crimes para disseminadores de desinformação, ele receberia outras soluções e tensões, como a criação de obrigações de remuneração para atividade jornalística por parte de tais empresas e de transparência. Mesmo que o projeto não tenha sido aprovado no início de 2022, tornou-se claro que o apetite regulatório presente do outro lado do Atlântico, na União Europeia, e em outros cantos do mundo se apresentava também no Brasil, com as cores da crise política e democrática dos anos recentes.

Assim, mesmo que conexões tenham emergido globalmente no campo das políticas de internet, a aguda crise da democracia brasileira é um componente fundamental de nosso trabalho. A violência política em sua interseccionalidade (na qual o online e o offline são fotografias do mesmo fenômeno, mas de ângulos diversos), a propaganda antidemocrática e a constrição do espaço cívico a partir da vigilância, da redução da transparência e da erosão de políticas públicas foram fundamentais para determinação do que é prioridade para este campo de organizações, de pesquisa e de ativismos em transformação. Foi em 2021, por exemplo, que o Poder Executivo no Brasil utilizou-se de uma festa cívica para editar uma medida provisória desenhada para atar os braços das plataformas de internet frente a conteúdos violentos e nocivos, com o objetivo de proteger suas redes de propaganda. A tarefa de compreender a garantia de direitos fundamentais no digital exigiu que se desse centralidade ao contexto brasileiro de aprofundamento das desigualdades, violências e violações.

Desde a perspectiva do InternetLab, quatro desafios começaram a ganhar corpo, alimentando uma revisão de nosso planejamento estratégico programada para 2022-2023.

Em primeiro, o de formular agendas positivas para equilibrar a liberdade de expressão e a segurança em ambientes digitais. Assim, nos dedicamos a trabalhar para superar a dicotomia ultrapassada entre regular o conteúdo ou promover a liberdade de expressão online, aprofundando um debate conceitual sobre livre expressão na rede (que deve contemplar aspectos coletivos e de proteção da participação de vozes que possuem mais barreiras para disseminar suas vozes) e sobre o papel concreto das políticas e tecnologias implementadas por plataformas digitais. Neste desafio, nos dedicamos em trazer a agenda regulatória das plataformas de internet para um quadro de enfrentamento da desinformação e da violência

enfrentada por grupos subalternizados no ambiente digital, defendemos uma moderação de conteúdo transparente, justa e responsável como parte constitutiva de um ambiente online protetor à liberdade de expressão.

Em segundo, temos o desafio de contribuir com uma visão e uma cultura concreta de “justiça de dados”, buscando o tratamento de dados de forma compatível com a justiça social. Assim, nossos projetos têm buscado aumentar a conscientização sobre esse campo emergente de estudos e advocacia nas comunidades de direitos digitais e políticas públicas com o objetivo de construir uma “cultura de justiça de dados” para tecnologias da informação e dados pessoais nos setores público e privado. Devido à forma como os riscos se somam às vulnerabilidades existentes, estamos particularmente preocupados com: (i) a complementaridade entre o direito à privacidade e direitos sociais como saúde e assistência social e (ii) práticas discriminatórias e excludentes, decorrentes do tratamento tendencioso de dados pessoais por novas tecnologias, como no caso das tecnologias de inteligência artificial.

Em terceiro, a exponencial vigilância estatal a partir das comunicações digitais requer uma formulação ainda mais ousada e inovadora de instrumentos jurídicos neste cenário. Diante do crescente uso das tecnologias da informação como mecanismos de vigilância, controle e injustiça, com atenção às desigualdades raciais e sociais, temos nos preocupado especialmente com a forma como o Judiciário tem avalizado esses usos. Esta atuação das cortes é chave à medida que vai formulando os precedentes que configuraram e configurarão trincheiras para proteção de direitos fundamentais ou instrumentos do aprofundamento de desigualdades, do abuso e da violência a partir do Estado.

Em quarto, temos nos dedicado a uma renovação nas narrativas no campo do direito autoral e do acesso ao conhecimento, agregando a eles um olhar interseccional. Diante de novos padrões e propostas globais que podem afetar negativamente os direitos humanos e a diversidade cultural, temos trabalhado para (i) envolver acadêmicos e organizações da sociedade civil nessa temática e (ii) explorar como as barreiras ao acesso ao conhecimento e ao material cultural podem agregar às desigualdades estruturais que resultam em dinâmicas de exclusão.

Com efeito, não é apenas no campo de organizações que atuam com políticas de internet que as características desse novo ciclo começaram a ficar sob a luz. Dentro do InternetLab também. Após um ano de estabelecimento de bases sólidas para o futuro, com a edição de políticas institucionais, foi em 2021 que a liderança da organização começou a ser renovada e consolidada, com o anúncio da expansão de nossa Assembleia Geral e de novas lideranças começando a fazer parte de nossa diretoria em 2022. Como dissemos na ocasião, temos a esperança de que tais transformações renovem nosso espírito crítico e o nosso olhar, pois as urgências impostas por este campo em transformação exigirão novas estratégias e formas de enxergar e pensar.



Francisco Brito Cruz
Diretor Executivo



Marina Valente
Diretora Associada



Fernanda Martins
Diretora



Heloisa Massaro
Diretora



**ÁREAS DE
ATUAÇÃO**

PRIVACIDADE E VIGILÂNCIA

Em 2021, a área se propôs a investigar e qualificar o debate a partir de dois eixos principais: um de acesso a dados e investigações criminais e outro de dados pessoais e políticas de proteção social.

Acesso a dados e investigações criminais

No primeiro eixo nos dedicamos a entender o impacto que novas tecnologias possuem sobre ferramentas de investigação e persecução penal. Além de questões relacionadas à interceptação, sigilo de comunicações, criptografia e cibercrimes, a exceção que a Lei Geral de Proteção de Dados faz ao tratamento de dados para fins de segurança pública e defesa nacional têm gerado amplos debates sobre o uso e acesso a dados pessoais no âmbito do processo penal. O InternetLab visou, assim, fortalecer-se como local de debates sobre esse tema. Por meio da organização anual do Congresso de Direitos Fundamentais e Processo Penal na Era Digital e da divulgação periódica do livro com os anais do congresso, buscamos fazer um exercício de curadoria de atores relevantes e de suas contribuições ao debate. Em 2021, o tema do Congresso foi “proteção de dados e justiça criminal”, dedicando-se a discutir o papel e atribuições de órgãos do judiciário, como o Conselho Nacional de Justiça, diante do uso de novas tecnologias de processamento e análise de dados no âmbito de procedimentos criminais. Em 2021, também buscamos formar parcerias, coalizões de litígio, participação em audiências públicas e habilitação como *Amicus Curiae* em alguns casos, com o intuito de levar argumentos que aumentem a consonância da proteção à privacidade com o uso de novas tecnologias. Produzimos **parecer técnico** que deu subsídios à ação proposta por entidades da sociedade civil contra a instalação de câmeras de reconhecimento facial no metrô de São Paulo. Participamos de **Audiência Pública no Supremo Tribunal Federal** que discutiu a constitucionalidade da figura do juiz de garantias. Por meio de parcerias com Defensorias Públicas, buscamos disseminar teses jurídicas que influenciem a forma como tribunais superiores avaliam determinados casos no âmbito da investigação criminal, como o acesso a dispositivos eletrônicos em casos de flagrantes.

Uso de dados pelo Poder Público e proteção social

Em outro de nossos eixos de atuação, buscamos a interlocução com setor privado e gestores públicos para a harmonização entre as práticas correntes de cada setor e garantias de transparência e proteção de dados. Desenvolvemos esse trabalho por meio de guias e incentivos para a adoção de boas práticas, bem como *policy papers* que indiquem possíveis caminhos.

Em 2021, elaboramos um **guia relacionado ao desenvolvimento de cidades inteligentes** com respeito às regras e princípios de proteção de dados, em conjunto com o Laboratório de Políticas Públicas e Internet (Lapin) e a Artigo 19. Também produzimos um **relatório sobre a privacidade no uso de aplicativos para controle da pandemia no país**, em que avaliamos medidas tecnológicas utilizadas pelo governo no âmbito da gestão da pandemia de Covid-19, seus impactos sobre direitos à privacidade e sobre grupos vulneráveis.

Neste eixo de atuação, também demos seguimento ao projeto sobre proteção social e justiça de dados. Divulgamos o relatório “**Proteção de Dados Pessoais em Políticas de Proteção Social**”, em que, a partir de estudo de caso sobre o Programa Bolsa Família, apresentamos medidas para assegurar a execução de políticas públicas com a observância aos direitos fundamentais à privacidade e proteção de dados pessoais. No documento indicamos os passos e cuidados que devem ser observados ao longo do ciclo de vida de uma política pública e recomendações concretas para a regulamentação do Programa Bolsa Família, visando à sua adequação diante dos pontos de preocupação levantados.

Ao longo de 2021, também desenvolvemos, em parceria com a organização chilena Derechos Digitales, pesquisa sobre os desafios do ponto de vista de privacidade na implementação do auxílio emergencial, política de transferência de renda iniciada durante a pandemia de Covid-19. No **relatório**, destrinchamos as principais características do programa, como a legislação aplicável, fluxo de dados e órgãos responsáveis pela implementação do benefício, além das lacunas e vulnerabilidades encontradas em seu desenho.



Projetos

-
- Congresso Direitos Fundamentais e Processo Penal na Era Digital 2021, com apoio da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
-
- Quem Defende Seus Dados 2021 - projeto de avaliação do compromisso público de empresas de conexão de internet com a privacidade de seus usuários
-
- Pesquisa e publicação de relatório sobre riscos à privacidade em políticas públicas e tecnologias para enfrentamento da pandemia de Covid-19
-
- Início da pesquisa e elaboração de Guia sobre Direitos Humanos e Cidades Inteligentes em conjunto com as organizações LAPIN e Artigo 19 destinado a gestores públicos e o setor privado;
-
- Elaboração de propostas de teses jurídicas institucionais para Defensoria Pública de São Paulo e evento com a mesma instituição sobre acesso a dispositivos eletrônicos em casos de flagrantes
-
- Elaboração de contribuição e participação em audiência pública no Supremo Tribunal Federal sobre constitucionalidade da figura do juiz de garantias
-
- Pesquisa e publicação de documento com recomendações sobre a interseção entre proteção social e privacidade nos casos dos programas Bolsa Família e Auxílio Emergencial

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

O trabalho do InternetLab com liberdade de expressão em 2021 se desdobrou em três grandes frentes: construção de parâmetros seguros sobre liberdade de expressão na internet, governança da expressão em redes sociais, e liberdade de expressão na regulação de plataformas digitais.

A primeira se voltou à construção de parâmetros mais seguros sobre o que pode ou não pode ser dito na internet. Nessa frente, o InternetLab foi ao Supremo Tribunal Federal defender que a **Lei de Segurança Nacional** estava sendo usada para silenciar pessoas comuns que usam as redes sociais. Mesmo com a revogação da lei, argumentamos que a corte deveria avaliar sua constitucionalidade, considerando o impacto a atos praticados durante sua vigência. A contribuição foi baseada na plataforma **Dissenso.org**, que desde 2017 conta com uma Casoteca que monitora decisões relacionadas ao tema, com o objetivo de informar o público e pessoas que pesquisam ou trabalham com liberdade de expressão. Também em nosso esforço de apoiar o desenvolvimento de uma cultura de liberdade de expressão no Brasil, lançamos uma clínica de liberdade de expressão que contou com a participação de estudantes de graduação e de pós-graduação de várias partes do Brasil. A clínica, que funcionou dentro do Núcleo Direito, Internet e Sociedade da Faculdade da USP, apresentou as principais discussões teóricas sobre liberdade de expressão e introduziu a turma às questões que se manifestam no dia a dia de quem usa a internet no que diz respeito a exercer esse direito.



Na segunda frente, participamos de debates sobre governança de conteúdo em redes sociais. Fomos coautores da versão revisada dos **Princípios de Santa Clara**, um dos mais importantes documentos internacionais a respeito de moderação de conteúdo. Fomos, também, uma das organizações participantes da Iniciativa de Governança de Conteúdo criada pelo Twitter para discutir o processo de formulação de suas políticas, parte do Trust and Safety Council da plataforma. Ainda, nesse período seguimos trabalhando em contribuições a casos do Comitê de Supervisão, instituição criada pela Meta para servir como um controle independente sobre as decisões de moderação de conteúdo do Facebook e do Instagram. No caso

da **suspensão de Donald Trump**, por exemplo, destacamos como a empresa deve adotar postura democrática e responsiva à situação política e eleitoral em todos os países em que opera, inclusive no Brasil. No caso de desinformação postada por um conselho de medicina do Brasil, por sua vez, enviamos um **comentário** em conjunto com Bruno Caramelli, professor da Faculdade de Medicina da USP, defendendo que a Meta tenha estratégias apropriadas à realidade brasileira, considerando a gravidade da pandemia no país.

Nossa atuação na terceira frente se preocupou em conectar a liberdade de expressão com debates regulatórios das redes sociais. Em setembro, publicamos **novo número** da série Diagnósticos & Recomendações, a respeito da regulação da moderação de conteúdo e da proposta do governo federal sobre o tema que veio a ser transformada na medida provisória 1.068/2021. No documento, buscamos mostrar que enxergar a moderação de conteúdo como equivalente a censura é equivocado, não só porque essa atividade é essencial para assegurar participação igualitária nas plataformas por todas as pessoas, inclusive grupos historicamente minorizados, mas também porque é mediante a moderação de conteúdo que são criados espaços diversos na internet. Editada a MP, fomos novamente ao Supremo Tribunal Federal, apresentar o resultado de nossa pesquisa à corte.



Projetos

-
- Clínica de liberdade de expressão na internet no Núcleo de Direito, Internet e Sociedade, Faculdade de Direito da USP
-
- Participação na rede global de monitoramento de casos do projeto Global Freedom of Expression, da Universidade de Columbia (EUA)
-
- Participação na rede regional de monitoramento de casos e projetos de lei do projeto do Observatório Legislativo, Centro de Estudos de Liberdade de Expressão, Universidade de Palermo (Argentina)
-
- Participação no grupo de trabalho para a revisão dos Princípios de Santa Clara, sobre moderação de conteúdo em plataformas de internet
-
- Elaboração de documento de recomendações (“Armadilhas e caminhos na regulação da moderação de conteúdo”) e amicus curiae ao Supremo Tribunal Federal em caso sobre moderação de conteúdo e liberdade de expressão na internet
-
- Elaboração e envio de duas contribuições (1 e 2) a casos conectados ao Brasil para o Comitê de Supervisão (Oversight Board) de moderação de conteúdo da Meta

DESIGUALDADES E IDENTIDADES

Em 2021, o trabalho da área foi construído em três grandes frentes, em articulação com diferentes atores sociais: violência política de gênero, violência online, e conhecimento livre.

A primeira delas se voltou para a **violência política de gênero**. Em 2021, realizamos o **Especial Discurso de Ódio**, uma série de entrevistas com pesquisadoras(es) e operadoras(es) do direito, para entender como o conceito de discurso de ódio é instrumentalizado em diferentes arenas sociais do país. A partir da elaboração das entrevistas, concluímos que discurso de ódio se coloca como um conceito guarda-chuva, abarcando as mais diferentes discriminações e violências que Vse baseiam em desigualdades que estruturam historicamente as relações sociais no Brasil. Com isso, compreendemos a necessidade de qualificar essas diferentes formas de violências que afetam grupos politicamente minorizados.



Em diálogo com essa compreensão, nos voltamos para a elaboração do **relatório** do **MonitorA**, nosso observatório de violência política, conduzido em parceria com a revista AzMina. Nele, apontamos a necessidade de significar a violência a partir de diferentes momentos políticos e históricos, atentando para o fato de que diferentes conceitos podem ser articulados para se falar de fenômenos sociais que se interligam, como é o caso de discurso de ódio e da violência política. No documento, além de estudos de casos e destrinchamento dos dados que haviam se tornado públicos no decorrer das eleições do ano anterior, elaboramos recomendações para diferentes setores sociais almejando contribuir com o debate de como a violência contra candidatas e parlamentares poderia ser mitigada. O observatório foi um dos vencedores do **Prêmio Cláudio Weber Abramo de Jornalismo de Dados**, principal premiação do jornalismo de dados do Brasil.

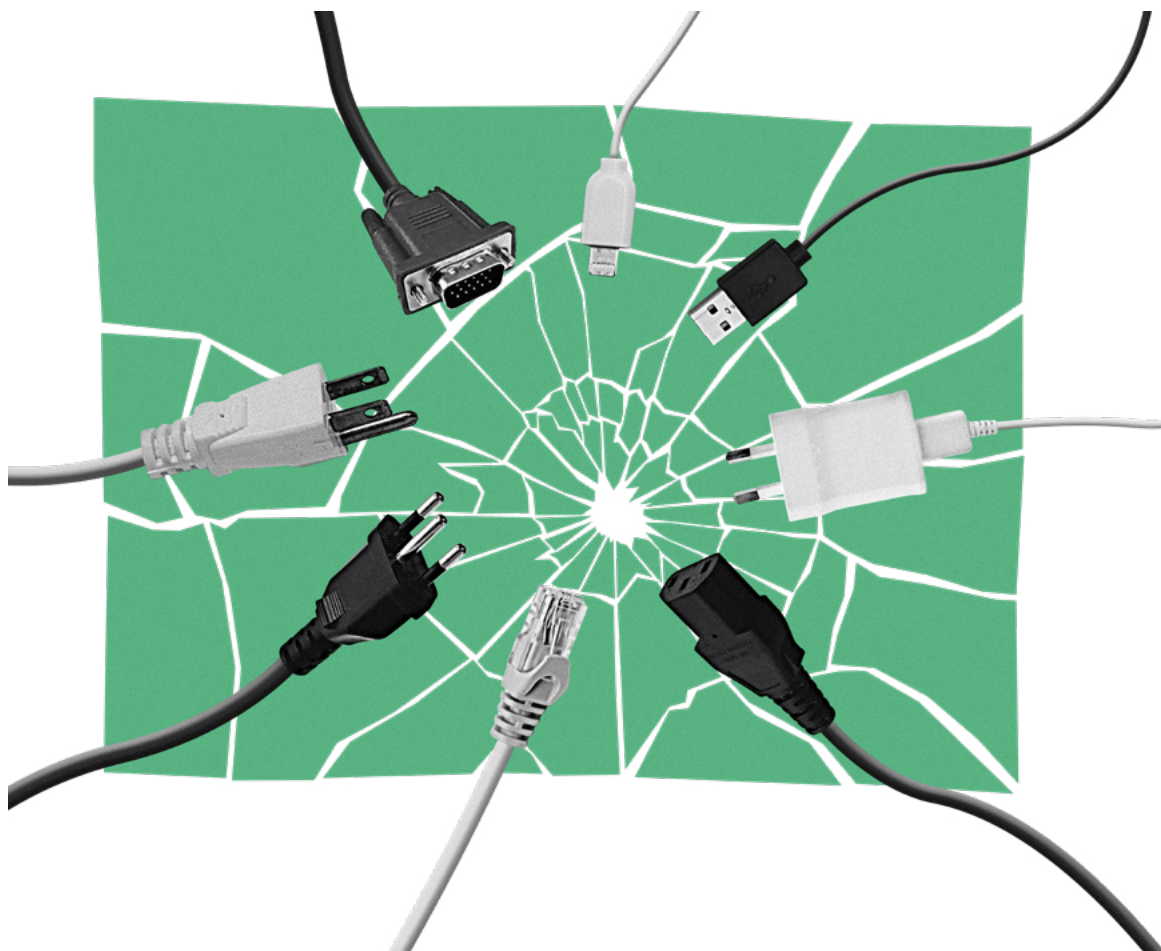
A segunda frente de pesquisa concentrou-se em compreender diferentes formas de violências na internet. Amadurecendo a metodologia construída no MonitorA, em parceria com a revista AzMina, conduzimos uma pesquisa sobre **ataques contra jornalistas** nas redes sociais. Entre os resultados da pesquisa identificamos que **jornalistas mulheres recebem mais que o dobro de ataques quando comparadas aos colegas homens**. Além disso, as **jornalistas são descredibilizadas quando se posicionam em relação aos direitos de pessoas negras e pela garantia dos direitos constitucionais de povos indígenas**.



Realizamos, também, uma pesquisa jurisprudencial sobre **racismo na internet**. Elaborado em parceria com o **Núcleo de Justiça Racial e Direito da Faculdade de Direito da FGV**, a pesquisa analisou acórdãos de sete estados brasileiros que julgavam casos de racismo online. Entre os principais achados da pesquisa está a baixa judicialização de casos que acontecem na internet: se na coleta de acórdãos sobre racismo e injúria racial offline foram coletados 1450 acórdãos, na coleta sobre casos que ocorriam na internet, apenas 77.

A última frente de pesquisa desenvolvida pela área em 2021 focou no debate sobre conhecimento livre envolvendo pessoas negras e indígenas na internet. Para tanto a Fundação Wikimedia e o InternetLab selecionaram uma **fellow de pós-doutorado**: Stephanie Lima. O projeto da *fellow* de pesquisa analisa como as desigualdades de raça/etnia, que estruturam a sociedade brasileira, atravessam as noções e produções de conhecimento no Brasil. Além disso, tem como objetivo refletir como a inclusão de pessoas autodeclaradas negras (pretas e pardas) e indígenas nas universidades públicas e privadas do Brasil tem impactado a produção de questionamentos sobre a equidade no conhecimento e contrariado paradigmas epistemológicos.

Em diálogo com o debate sobre equidade social, elaboramos ainda, em parceria com as entidades Agência Mural, MariaLab, Global Partners Digital, Instituto Matizes, Casa 1, Rede Conhecimento Social, Instituto Beta, Olabi, a pesquisadora Natália Neris e a docente da UFBA Graciela Natanhson, o **Roteiro diversidade e inclusão no campo dos direitos digitais**. Nele, identificamos que a percepção sobre diversidade e inclusão entre as organizações de direitos digitais difere significativamente, tanto no que diz respeito às perspectivas culturais, geográficas, sociais e econômicas, quanto às limitações relativas ao tamanho e aos recursos de cada organização. A produção do roteiro foi, assim, uma tentativa de reunir e compartilhar aprendizados relacionados à diversidade e inclusão no campo dos direitos digitais.



Projetos

-
- Ataques a jornalistas, projeto desenvolvido em parceria com organizações da sociedade civil
-
- Pesquisa jurisprudencial sobre racismo na internet, feito em parceria com a Fundação Getúlio Vargas
-
- MonitorA, observatório de violência política online, realizado em parceria com a Revista Azmina
-
- Fellowship de pós-doutorado sobre equidade no conhecimento, com apoio do Wikimedia Knowledge Equity Fund
-
- Roteiro diversidade e inclusão no campo dos direitos digitais, feito em parceria com organizações da sociedade civil e pesquisadores(as) independentes
-
- Especial discurso de ódio, realização de entrevistas com especialistas e ativistas no tema

INFORMAÇÃO E POLÍTICA

Em 2021, a área de informação e política do InternetLab se concentrou em três agendas: regulação eleitoral, comunicação política em aplicativos de mensagem, e a integridade da esfera pública digital.

A primeira agenda está relacionada com a regulamentação eleitoral e a sua intersecção com processos de comunicação digitais. Nessa frente, considerando, por um lado, o tratamento de dados pessoais por campanhas eleitorais, e, por outro, a necessidade de encontrar caminhos regulatórios que garantam a não violação de direitos fundamentais, foi publicado o **“Relatório de Recomendações para o quadro brasileiro atual”**. O documento dá continuidade ao trabalho do InternetLab no campo de proteção de dados e eleições, mas propõe um novo passo em direção à construção de uma ponte entre a regulação eleitoral e o regime de proteção de dados. O relatório é resultado do trabalho do **Grupo de Estudos em Proteção de Dados e Eleições**, formado pelo InternetLab, Data Privacy Brasil, CEDIS/IDP, Instituto Liberdade Digital e pesquisadores independentes. Na ocasião de lançamento do relatório, foi organizado o **“Seminário Proteção de Dados Pessoais e Eleições”**, que buscou contribuir com as discussões em torno dos desafios para regulamentação e aplicação da LGPD em processos eleitorais.

Na preparação para as eleições gerais de 2022, o InternetLab também participou da consulta pública aberta pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2021, cujo objetivo era atualizar as resoluções que regulamentam a legislação eleitoral. As contribuições enviadas buscavam garantir a proteção dos dados pessoais dos eleitores e eleitoras; a autenticidade do debate público; a igualdade de chances no processo eleitoral e o direito à liberdade de expressão. As **sugestões feitas pelo InternetLab** foram total ou parcialmente incorporadas pelo TSE.

A segunda agenda teve como foco compreender o papel e uso de aplicativos de mensagem privada na comunicação política de brasileiras e brasileiros. Lançamos, então, o projeto **“Os Vetores da Comunicação Política em Aplicativos de Mensagens: hábitos e percepções”**, realizado em parceria com a organização Rede Conhecimento Social. A pesquisa explorou como se operacionalizam as dinâmicas e os comportamentos individuais de usuárias e usuários na comunicação política. Para tanto, combinou metodologicamente grupos de discussão e uma survey amostral. Tivemos como intuito lançar luz sobre os hábitos, as percepções e as normas desenvolvidas por usuários e usuárias para falar sobre política, assim como aprofundar o conhecimento sobre o modo como esses comportamentos se relacionam com estratégias adotadas por atores políticos para influenciar o debate público em aplicativos de mensagem.

Já a terceira frente se concentrou no debate sobre a integridade do debate público online. Com a intenção de apoiar o desenvolvimento de novas técnicas e ferramentas para identificar e melhor compreender as estratégias e as operações que buscam influenciar e/ou distorcer o debate público, **o InternetLab lançou um edital de seleção de pesquisas sobre o uso de técnicas de manipulação em redes sociais**. Das mais de 30 propostas recebidas, **foram selecionados 3 projetos, desenvolvidos ao longo de 2021**. As pesquisas selecionadas receberam apoio financeiro, temático e de comunicação do InternetLab. Os resultados, por sua vez, serviram de insumo para a realização de oficinas com organizações acadêmicas e da sociedade civil que trabalham em prol da garantia da integridade do debate público.

Ainda nesta agenda, foi publicado, o guia **“Falando sobre ataques online e trolls: um guia para jornalistas e criadores de conteúdo na internet”**. O documento, produzido junto da organização Redes Cordiais, traz informações sobre trolls e ataques online, seus impactos e os riscos associados ao poder de amplificação de jornalistas e influenciadores. O guia reúne, por meio da abordagem de minimização de danos, dicas e informações que podem ser instrumentalizadas para conter o espraiamento de conteúdos danosos. O material foi apresentado para influenciadores de diferentes partes do país, atingindo mais de 30 produtores e produtoras de conteúdo.



Projetos

-
- Elaboração e publicação de pesquisa qualitativa e quantitativa sobre uso de aplicativos de mensagem e política (“Os Vetores da Comunicação Política em Aplicativos de Mensagens: hábitos e percepções do brasileiro”)
-
- Atualização contínua do “Guia de dieta de mídia”, um repositório de dados sobre consumo de mídia digital no país
-
- Elaboração do guia “Falando de ataques online e trolls”, destinado a comunicadores e criadores de conteúdo digital
-
- Fomento a pesquisas sobre monitoramento de redes e comunicação política a partir de edital de seleção de pesquisas sobre o uso de técnicas de manipulação em redes sociais
-
- Elaboração, envio e debate de propostas de enunciados sobre propaganda eleitoral na internet e violência política junto à I Jornada de Direito Eleitoral
-
- Elaboração e envio de propostas no processo de consulta pública sobre resoluções eleitorais por parte do Tribunal Superior Eleitoral, que incorporou boa parte das sugestões no texto das resoluções aprovadas
-
- No tema da regulamentação eleitoral e proteção de dados pessoais:
 - Relatório sobre o quadro regulatório de proteção de dados e eleições na América Latina
 - Seminário Proteção de Dados Pessoais e Eleições (feito pelo Grupo de Estudos em Proteção de Dados e Eleições, integrado e secretariado pelo InternetLab)
 - Relatório de Recomendações para o quadro brasileiro atual (feito pelo Grupo de Estudos em Proteção de Dados e Eleições, integrado e secretariado pelo InternetLab)

CULTURA E CONHECIMENTO

O trabalho da área de Cultura e Conhecimento do InternetLab em 2021 teve três eixos principais: direito autoral e políticas de internet, acesso ao conhecimento, e direito à pesquisa.

Direito autoral e políticas de internet

O primeiro eixo trabalhou a intersecção entre o direito autoral e as políticas de internet em propostas de alteração legislativa. Estudamos, para tanto, os possíveis caminhos na reforma da Lei de Direitos Autorais a partir de uma consulta pública realizada pela Secretaria Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual em 2019. O estudo avaliou quais são os principais grupos de interesse que participam atualmente dos debates em torno da política brasileira de direitos autorais. A pesquisa permitiu observar também como legislações estrangeiras são apresentadas como modelos para a reforma legislativa brasileira em tópicos como responsabilidade de intermediários, proteção de obras na internet e propostas de remuneração de jornais por plataformas digitais.

Além disso, por meio do **Remix**, uma parceria com o Intervozes e o IBDAutoral, produzimos e divulgamos conhecimento sobre o tema, e estabelecemos canais de diálogo com organizações do terceiro setor e com entidades representantes de jornais e de jornalistas. Além de analisar o modelo concorrencial e o autoral de remuneração, problematizamos a premissa de que há um desequilíbrio específico entre plataformas e jornais e que um novo instrumento jurídico é necessário para corrigi-lo. Esses estudos foram publicados na coluna do Remix no portal **Jota**, intitulada “Repensando direitos autorais”.

Ainda no âmbito deste primeiro eixo, o InternetLab respondeu a consulta sobre a proteção de obras audiovisuais na internet, que foi objeto de uma **minuta de Instrução Normativa da Ancine**. Ressaltamos, em nossa **contribuição**, a necessidade de que medidas que visam a efetivação dos direitos autorais levem em consideração não apenas os interesses dos titulares de direitos autorais, mas também as limitações e exceções aos direitos autorais e aos outros direitos fundamentais.

Por fim, fomos um dos organizadores do **Congresso Mundial sobre Propriedade Intelectual e Interesse Público** (CGIP), um encontro de acadêmicos e ativistas com o intuito de produzir conhecimento para promover a formulação de políticas baseadas em evidências. Ademais, organizamos junto com a Fundação Karisma, a Open Future e a Fundação Ford, o “**Workshop sobre Direitos Autorais e Economia Digital**”, um fórum paralelo ao GCIP, no qual pesquisadores e pesquisadoras apresentaram e discutiram suas pesquisas com a oportunidade de publicá-las.

Acesso ao conhecimento

O segundo objeto com o qual nos ocupamos foi a questão do acesso ao conhecimento e democratização dos debates sobre direito autoral. Participamos, em conjunto com as mesmas organizações parceiras do projeto Remix, da atualização do “**Guia Direito Autoral e Educação Aberta e a Distância - Perguntas e Respostas**”. A publicação busca elucidar dúvidas sobre o uso no ensino on-line de material protegido por direitos autorais e que trata da proteção das gravações das aulas. O **acesso a obras**, inclusive por **pessoas com deficiência visual** e **para fins de educação**, foi tema de colunas do Remix no Jota.

Direito à pesquisa

No que tange ao direito à pesquisa, nosso terceiro objeto, em parceria com as organizações Fundação Karisma (Colômbia), Nurep (Brasil), Hiperderecho (Peru), DatySoc (Uruguai), Derechos Digitales (Chile) e Fundación Via Libre (Argentina), coordenamos uma investigação sobre como o direito à pesquisa é percebido na América Latina, com enfoque para o uso de obras protegidas em processos de *text and data mining*. Por fim, o direito à pesquisa também serviu de ponto de partida para a publicação de um **capítulo de livro** que analisa a relação entre direito autoral e as atividades de inovação baseadas em dados.



Projetos

-
- Participação no Projeto Remix - Direito Autoral para Geral, fruto da parceria do InternetLab com o Intervozes, Núcleo de Pesquisa em Direitos Fundamentais, Relações Privadas e Políticas Públicas (NUREP) e o Instituto Brasileiro de Direitos Autorais (IBDAutoral), que visa democratizar a discussão sobre direitos autorais através de variadas frentes
-
- Elaboração de contribuição a partir da Consulta Pública de 2019 da Reforma da Lei de Direitos Autorais, identificando e avaliando o posicionamento dos principais grupos de interesse que participam dos debates de direitos autorais hoje
-
- Organização da edição de 2020 do Global Congress of Intellectual Property and the Public Interest, evento internacional que analisou a relação entre a propriedade intelectual e o interesse público no âmbito da pandemia COVID19, em parceria com a Fundação Karisma, Fundação IFARMA, Centro ISUR e Misión Salud (Colômbia). Paralelamente, organizamos junto à Fundação Karisma, a Open Future e a Fundação Ford, o “Workshop sobre Direitos Autorais e Economia Digital”, um fórum no qual pesquisadores e pesquisadoras apresentaram e discutiram suas pesquisas com a oportunidade de publicá-las
-
- Envio de contribuição para a consulta pública da Ancine acerca da proteção de obras audiovisuais na internet, tema que foi objeto de uma minuta de Instrução Normativa da Ancine
-
- Coordenação de investigação sobre como o direito à pesquisa é percebido na América Latina, com enfoque para o uso de obras protegidas em processos de text and data mining, em parceria com as organizações Fundação Karisma (Colômbia), Nurep (Brasil), Hiperderecho (Peru), DatySoc (Uruguai), Derechos Digitales (Chile) e Fundación Via Libre (Argentina). A investigação está inserida dentro do Projeto “Right to Research in International Copyright”, com apoio da Fundação Arcadia e coordenação do “Program on Information Justice and Intellectual Property” (PIJIP) - American University

**NOSSO
TRABALHO
EM 2021**

INTERNETLAB EM 2021

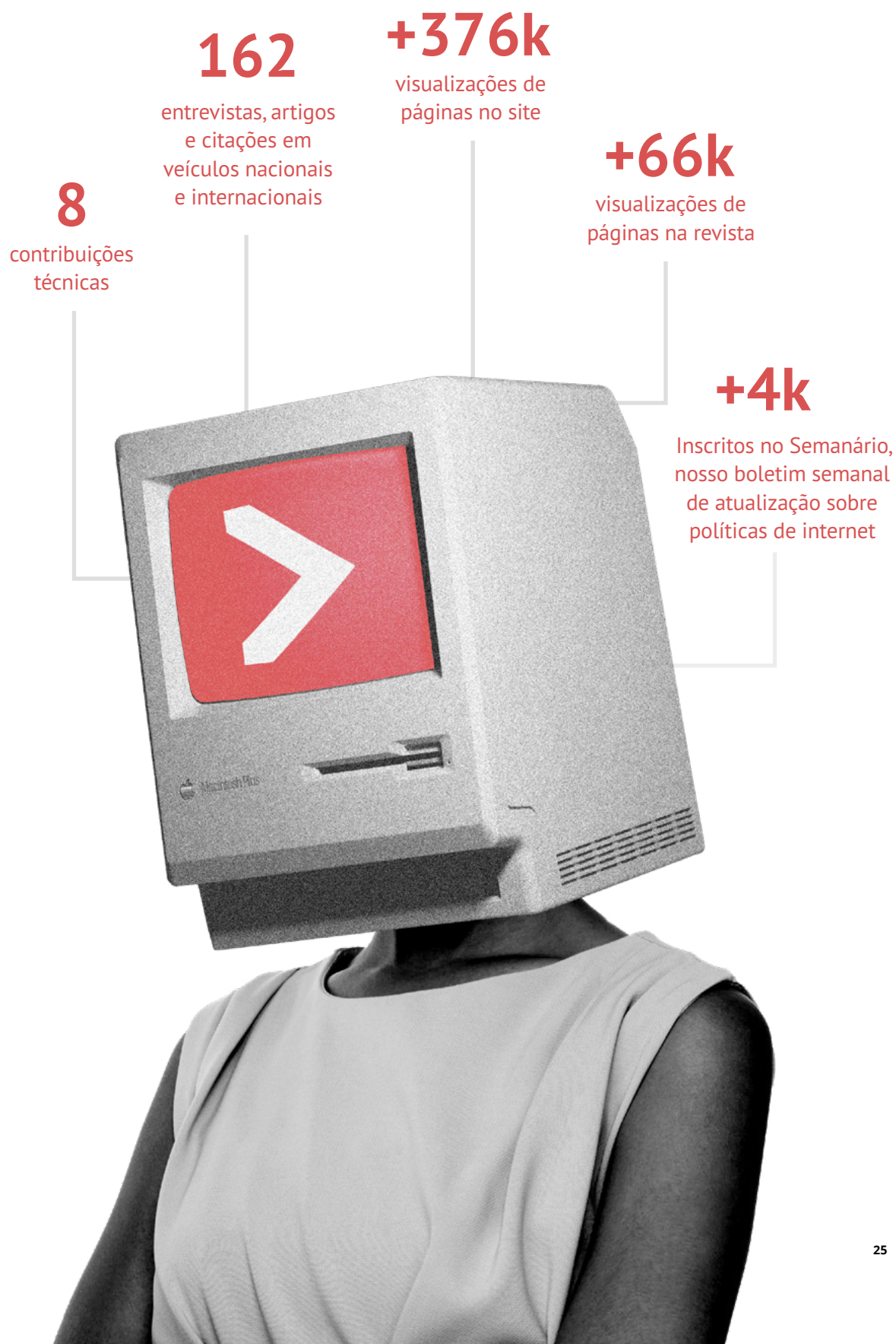
O ano de 2021 trouxe à tona uma série de novos desafios e perspectivas para o campo das políticas de internet. Para o InternetLab, isso também significou um fortalecimento de sua missão de atuar como ponto de articulação entre acadêmicos e representantes dos setores público, privado e da sociedade civil.

Neste ano, aprofundamos nossas trocas e laços com organizações da sociedade civil, sobretudo, com a comunidade de políticas de internet. Precedendo um ano eleitoral desafiador, tivemos em 2021 dois processos regulatórios de grande importância para essa comunidade: de um lado, a discussão de um novo código eleitoral, cujo projeto previa uma série de novas regras sobre campanhas na internet e proteção de dados pessoais; de outro, o “PL das Fake News” que se revelou enquanto o processo brasileiro de regulação de grandes plataformas digitais. Em ambos os casos, estivemos lado a lado com a **Coalizão Direitos na Rede**, formada por mais de quarenta entidades brasileiras.

Entendemos que a construção de alternativas político-regulatórias efetivas e inovadoras envolve não apenas um enraizamento, com trocas constantes com organizações da sociedade civil, mas, também, a construção de espaços de diálogo e intercâmbio entre pesquisadores e gestores, junto a tomadores de decisão, seja no setor público ou no setor privado. Em 2021, seguimos com nossa atuação na temática de proteção de dados e eleições e produzimos, em conjunto com organizações acadêmicas e da sociedade civil, um **relatório de recomendações para o quadro brasileiro atual**. O documento foi lançado no **Seminário Proteção de Dados Pessoais e Eleições**, que abriu um espaço de conversas e trocas de atores da sociedade civil com representantes de instituições como o Tribunal Superior Eleitoral e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais. Já no campo da liberdade de expressão e moderação de conteúdos, participamos de uma série de consultas públicas abertas pelo Comitê de Supervisão do Facebook (**1** e **2**), levando contribuições fundadas em pesquisas e diagnósticos, buscando, assim, construir canais de troca efetivos com o setor privado.

Acreditamos, ainda, que essa construção de alternativas político-regulatórias depende da produção de pesquisas e da construção de bases intelectuais sólidas para a criação de políticas públicas relacionadas à internet. Essa é uma das principais missões do InternetLab. Em 2021, aprofundamos o diálogo com instituições por meio da participação e organização de eventos, o desenvolvimento de parcerias e a intensa produção acadêmica de nossa equipe. Realizamos, junto com a Universidade de São Paulo, o **V Congresso Internacional de Direitos Fundamentais e Processo Penal na Era Digital**. Formalizamos, junto a pesquisadores de Universidades Federais, **projetos de pesquisa** para mapear e compreender ecossistemas de desinformação nas redes sociais. Abrimos, junto à Wikimedia, uma vaga de pós-doutorado sobre equidade no conhecimento. Por fim, seguimos com as atividades da **Revista Internet&Sociedade**, lançando dois números em 2021.

INTERNETLAB EM NÚMEROS



IMPRENSA



O diretor Francisco Brito Cruz participou do programa “Me Explica, Vai”, da TV Cultura, falando sobre rastros digitais.

OPINIÃO • BÁRBARA LIBÓRIO, FERNANDA K. MARTINS E MARIANA VALENTE

Violência online é obstáculo à participação política das mulheres

Pesquisa revela série de ataques discriminatórios nas eleições de 2020

Em artigo à Folha, Mariana Valente, diretora do InternetLab, Fernanda Martins, coordenadora de Desigualdades e Identidades, e Bárbara Libório, jornalista da revista AzMina falam sobre os impactos da violência de gênero na participação de mulheres na política brasileira, a partir de análise do relatório do MonitorA - Observatório de violência política.

Em artigo publicado no site da revista Quatro Cinco Um, a diretora Mariana Valente faz um balanço sobre o PL das 'fake news' no Brasil e fala, também, de iniciativas similares pelo mundo.

Laut | Liberdade e Autoritarismo

Antídoto ou veneno?

Liberdade, responsabilidade e transparência: um balanço do PL das 'fake news' no Brasil e das iniciativas similares pelo mundo

Mariana Valente
01fev2021 02h00 (04fev2021 12h06)

WhatsApp Facebook LinkedIn Twitter Print Email +



Ilustração de Veridiana Scarpelli

A suspensão de Donald Trump no Twitter e o dilema das redes; ouça podcast

Banimento do presidente dos EUA pela rede social reacende debate sobre liberdade de expressão e regulação de plataformas de internet

No episódio "Trump banido e o dilema das redes" do podcast Café da Manhã, do jornal Folha de S.Paulo, o diretor Francisco Brito Cruz analisa os limites da liberdade de expressão e suas complexidades, e a moderação de conteúdo em redes sociais, tendo como base o banimento de Trump das redes.

The background is a solid red color with a thick white diagonal stripe running from the top-left towards the bottom-right. The stripe is slightly irregular, giving it a hand-drawn or graphic feel.

PRINCIPAIS LANÇAMENTOS

REVISTA INTERNET&SOCIEDADE

Publicação acadêmica semestral organizada pelo InternetLab que reúne artigos, resenhas, traduções e produções artísticas. A revista tem como objetivo avançar debates acadêmicos e abordar as múltiplas dimensões entre internet e sociedade.

Acesse o link.



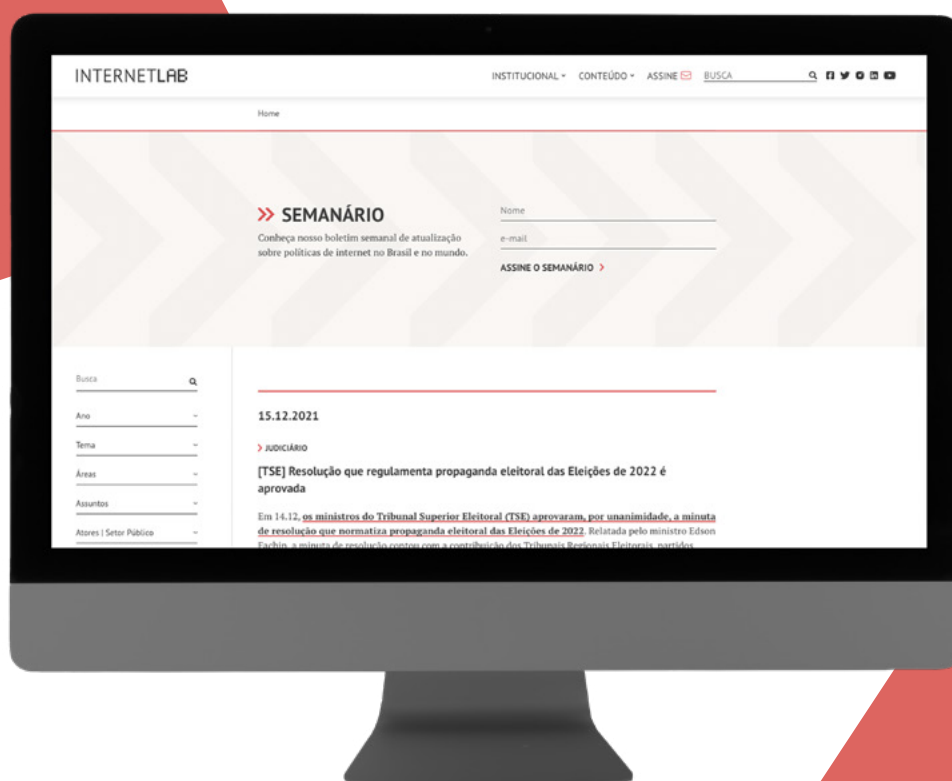
A primeira edição de 2021 foi marcada por três principais tendências: a consolidação de discussões em internet e sociedade, o inter cruzamento entre tecnologia e pandemia, e a preocupação com questões envolvendo comunicação política e pós-verdade. Esta última tendência, inclusive, se reflete no artigo mais acessado da revista em 2021: “O fenômeno das fake news: definição, combate e contexto”.

Já a segunda edição de 2021 desenhou-se um conjunto de artigos que relacionam a governança de dados e determinados marcadores sociais da diferença, especialmente na emergência de tecnologias de inteligência artificial



SEMANÁRIO

Nosso boletim semanal de atualização sobre políticas de internet no Brasil e no mundo. Com 45 edições, 33 mil visualizações, 4,7 mil cliques e mais de 4 mil inscritos em 2021, em 2021 seguimos trabalhando para levar aos diversos setores que se interessam ou trabalham com políticas de internet as principais atualizações sobre o tema. **Inscriva-se.**



A large, white, stylized letter 'E' is positioned diagonally across the page, from the top-left towards the bottom-right. The background is a solid red color.

NOSSA ESTRUTURA

TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

2021 foi um ano de reformulação da governança do InternetLab. Se em 2020 cuidamos de nossas políticas internas, como a de *conflito de interesses* e a de *relacionamento com financiadores*, o ano seguinte foi dedicado a fortalecer a infraestrutura decisória da organização e erigir as bases de uma governança sustentável e alinhada com as melhores práticas do terceiro setor. Em suma, trabalhamos para reformar os seguintes pontos:

Uma nova Assembleia Geral: o InternetLab é organizado como uma associação sem fins lucrativos; e o órgão que elege a direção executiva e toma decisões estratégicas é a Assembleia Geral de Associados. Sinteticamente, a nossa Assembleia Geral assemelha-se a um “conselho deliberativo” ou “conselho curador” de outras organizações. A partir de 2021, os associados anteriores (Francisco Brito Cruz e Mariana Valente) compõem este colegiado com mais três nomes de relevância no campo de discussões sobre tecnologia e sociedade (abaixo), perfazendo uma maioria de pessoas que não trabalham em cargos de direção no InternetLab.

João Brant é pesquisador e consultor em políticas de comunicação e cultura, sócio-administrador da Ponteio e diretor do Instituto Cultura e Democracia. Além disso, é coordenador geral no *desinformante.

Silvana Bahia é Diretora de projetos do Olabi, organização que trabalha pela democratização da tecnologia. Pelo Olabi, idealizou o PretaLab, projeto de inclusão de mulheres negras e indígenas na tecnologia. É Mestre em Cultura e Territorialidades pela UFF e diretora de Comunicação do filme Kbela.

Laura Schertel é doutora summa cum laude em Direito Privado pela Universidade Humboldt de Berlim, Além disso, é professora adjunta de Direito Civil da Universidade de Brasília (UnB) e do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). É autora do livro “Privacidade, proteção de dados e defesa do consumidor: linhas gerais de um novo direito fundamental.

São estes cinco membros que passam a escolher a diretoria executiva da organização para mandatos de 3 (três) anos, bem como aprovar suas indicações para demais postos de diretoria. Com eles, a associação passa a incorporar mais visões e entra em uma nova fase, mais estável e resiliente às mudanças na liderança..

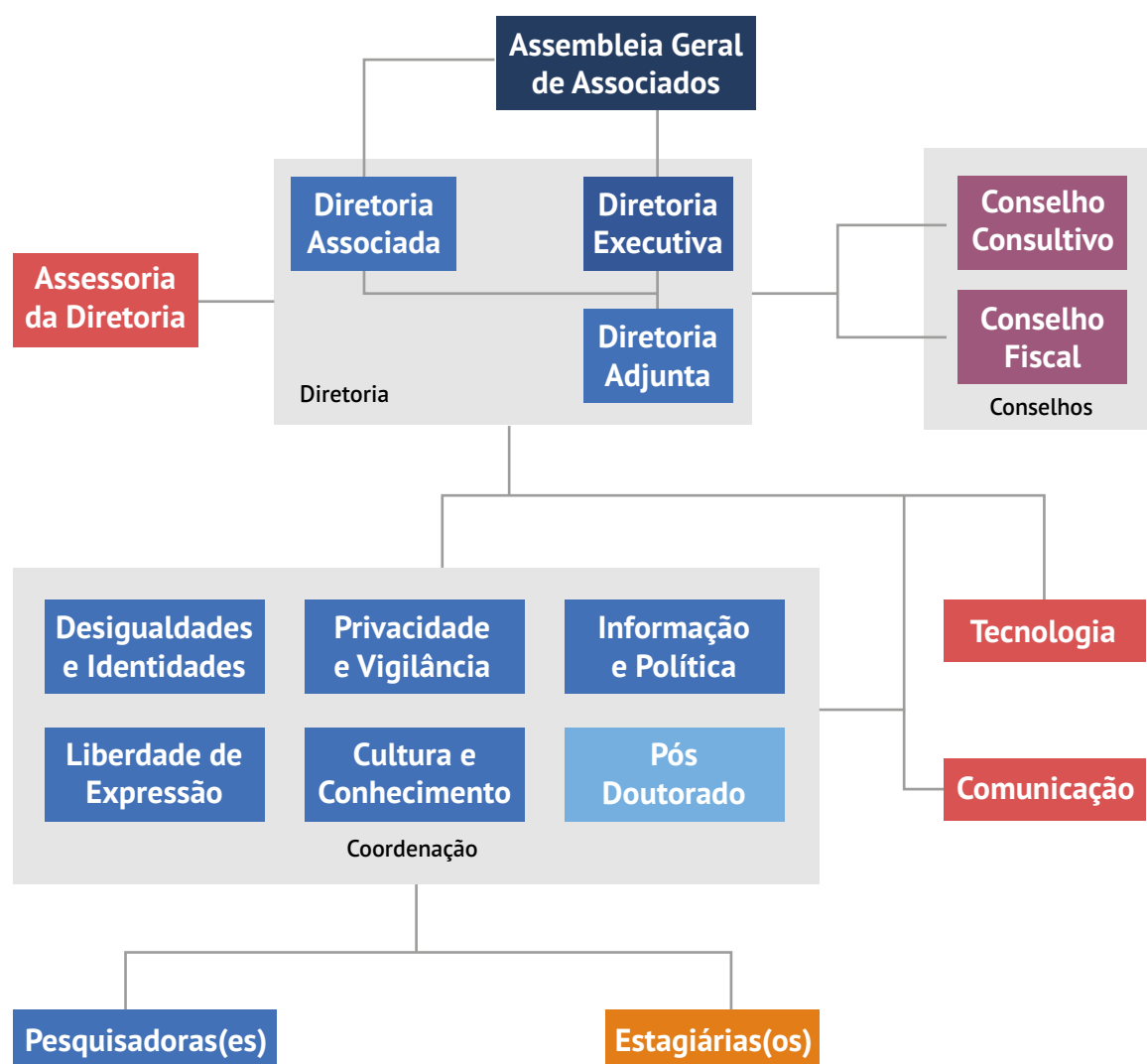
Uma nova diretoria: renovada, a Assembleia Geral também reestruturou a diretoria do InternetLab a partir de 2021. Antes operada em dupla por Mariana Valente e Francisco Brito Cruz, a nova diretoria agregou novos nomes e dividiu funções, conforme explicado abaixo:

Francisco Brito Cruz (antes diretor-geral) assume a posição de Diretor Executivo, ficando responsável pela indicação das demais posições na diretoria, e pela coordenação geral e representação institucional da organização;

Mariana Valente (antes diretora-geral) passa a ser Diretora Associada, assumindo funções de supervisão de pesquisa e de internacionalização. Mariana Valente assumiu em 2021 a posição de professora na Universidade de Saint Gallen, lecionando sobre regulação das novas tecnologias e direitos humanos

Fernanda K. Martins e Heloisa Massaro (antes coordenadoras de pesquisa no InternetLab), passam a ser Diretoras e a assumir posições de representação e gestão da organização, além de continuarem na supervisão de projetos de pesquisa.

Ao dar tais passos, esperamos que o InternetLab caminhe na direção de sua consolidação institucional, extrapolando cada vez mais a trajetória dos indivíduos que o trouxeram até aqui. Com essas mudanças a organização aprovou um novo organograma institucional, desenhado abaixo.



FINANCIAMENTOS E PARCERIAS

Constituído como uma entidade sem fins lucrativos, o InternetLab atua como ponto de articulação entre acadêmicos e representantes dos setores público, privado e da sociedade civil, incentivando o desenvolvimento de projetos que abordem os desafios da elaboração e implementação de políticas públicas em novas tecnologias, como privacidade, liberdade de expressão e questões ligadas a gênero, relações étnico-raciais e identidades outras.

Nós subsidiamos o debate público por meio da produção de conhecimento. O InternetLab não atua com consultoria ou escritório de advocacia, nós prestamos serviços somente em casos que estejam afinados com nossa missão: fazer pesquisa na área de direito e tecnologia voltando a atenção à incidência em políticas públicas.

Em nosso trabalho, muitas vezes, trabalhamos em parcerias com outras organizações, buscando sempre encontrar os pontos de convergência, afinidade e compatibilidade para desenvolver ações conjuntas. Acreditamos que parcerias funcionam bem quando as organizações compartilham um norte comum e têm capacidade de cooperar e dividir funções em trabalho e projetos complexos. Em 2021, o InternetLab renovou alianças estabelecidas ao longo do tempo, mas também estabeleceu importantes novas cooperações, como é possível ver ao lado.

Financiamento Institucional

Ford Foundation	Open Society Foundations
Luminate	Google

Financiamento por projetos

International Development Research Centre	National Endowment for Democracy	Columbia University
Universidade de Palermo	Cyrilla	Global Partners Digital
Facebook	Fundação Arcadia	Wikimedia

Parceiros em projetos

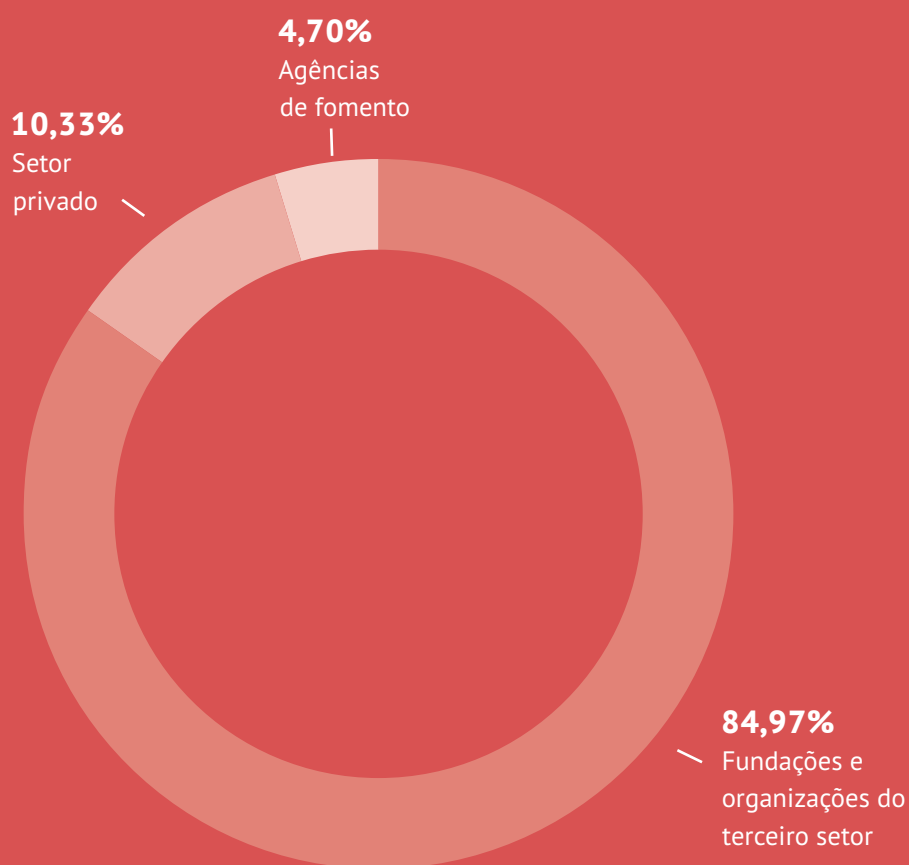
IT for Change	Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo	Núcleo de Pesquisa em Direitos Fundamentais, Relações Privadas e Políticas Públicas (NUREP)
Electronic Frontier Foundation	Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário - IBEAC	Instituto Brasileiro de Direitos Autorais (IBDAutoral)
Centro de Estudios en Libertad de Expresión y Acceso a la Información (CELE) - Universidade de Palermo	Global Partners Digital	American University
Redes Cordiais	Universidade Federal da Bahia	Hiperderecho (Peru)
Rede Conhecimento Social	Universidade Federal de Santa Catarina	DatySoc (Uruguai)
Revista Azmina	Instituto Vero	Derechos Digitales (Chile)
LAPIN - Laboratório de Políticas de Internet	Artigo 19	Fundación Via Libre (Argentina)
AWO Agency	Fundación Karisma (Colombia)	Privacy International
Intervozes	Open Future	National Democratic Institute

Redes e coalizões das quais participamos

Creative Commons	Aliança por Algoritmos Inclusivos - AI+	Grupo de Estudos em Proteção de Dados e Eleições
Network of Centers	Coalizão Direitos na Rede	Just Net Coalition
AL SUR		

O financiamento das nossas atividades vem de fundações, organizações do terceiro setor, empresas e agências de fomento internacionais. Em todos esses casos aplica-se a política de relacionamento com financiadores. Esta política é destinada a promover a independência, a autonomia, a transparência, a liberdade acadêmica e de expressão, a pluralidade de opiniões, o estímulo à diversidade e a defesa da ética na pesquisa acadêmica no trabalho do InternetLab.

Com o objetivo de promover tais valores, a nossa política veda uma série de financiamentos, como por exemplo aqueles que requerem a realização de atividades político-partidárias ou os que possam ser razoavelmente considerados um favorecimento de interesses privados em conflito com o interesse público. Além disso, a política estabelece um processo de verificação prévia de adequação que pode ser utilizado pela organização para analisar se um novo financiamento é compatível com estes critérios e valores. Em financiamentos grandes, esse processo de verificação prévia é obrigatório e deve envolver o Conselho Fiscal do InternetLab.



COM O QUE GASTAMOS EM 2021?

Em um ano em que a pandemia restringiu drasticamente a realização de eventos e viagens, nosso maior investimento em 2021 foi em nossas atividades de pesquisa, contemplando especialmente a remuneração de pesquisadores(as) e de parceiros(as) na produção de materiais diversos. 2021 destacou, inclusive o aumento na quantidade de recursos destinados a parceiros em projetos de pesquisa, que alcançou mais de 20% da execução de nosso orçamento neste ano.

Atividades de pesquisa

Remuneração de pesquisadores(as), parceiros(as) e consultores(as) de pesquisa



Comunicação e publicações

Equipe e fornecedores (ex: design gráfico e produção audiovisual)



Administrativo e estrutura

Equipe, contadores e despesas fixas (aluguel e contas)



Eventos

Viagens, diárias e outros gastos com representação



Representação

Viagens, diárias e outros gastos com representação



Tributos e encargos



NOSSA EQUIPE

O InternetLab reitera suas políticas de ações afirmativas, buscando a constante promoção da diversidade em nosso time. Se, em 2020, formalizamos diretrizes de diversidade e inclusão em nossas políticas internas, em 2021, nós colocamos em prática essas políticas, chegando ao final do ano com os melhores marcadores de diversidade que já tivemos. Foi o momento em que também conseguimos também amplificar a diversidade racial em nossos órgãos de direção e governança.

Entendemos que essas conquistas são fruto de um trabalho duradouro e vigilante que acompanha a organização nos últimos anos. Desta maneira, entendemos a promoção da diversidade na melhoria das condições de permanência e incentivo de profissionais. Assim, em nossas políticas internas, profissionais não-brancos com funções de representação institucional se beneficiam de aulas de inglês para aprimorar suas habilidades. Esta política é importante porque o inglês não é uma língua comumente falada por populações historicamente marginalizadas no Brasil.

Por fim, 2021 foi um ano de aposta na formação de profissionais dentro da organização para promover a mobilidade interna de novas lideranças gestadas em nosso ambiente de pesquisa. Mesmo com os limites impostos pelo tamanho pequeno da organização, entendemos que apostar em nossa equipe é um caminho seguro na formação de lideranças em um campo de alta especialização, como o das políticas de internet.

2021 foi um ano de aposta na formação de profissionais dentro da organização para promover a mobilidade interna de novas lideranças gestadas em nosso ambiente de pesquisa

INTERNETLAB



EQUIPE

Diretoria

Francisco Brito Cruz
Mariana Valente

Equipe envolvida nas atividades de 2021

Alessandra Gomes | Tech fellow
André Houang | Pesquisador
Artur Péricles | Coordenador da área de Liberdade de Expressão
Barbara Simão | Coordenadora de Privacidade e Vigilância
Blenda Santos | Pesquisadora
Catharina Pereira | Estagiária de pesquisa
Clarice Tavares | Pesquisadora
Enrico Roberto | Pesquisador
Ester Borges | Pesquisadora
Fernanda Martins | Coordenadora da área de Desigualdades e Identidades
Heloisa Massaro | Coordenadora da área de Informação e Política
Jade Becari | Pesquisadora
Juliana Fonteles | Pesquisadora
Karina Oliveira | Coordenadora de comunicação
Laís Denúbila | Coordenadora administrativa e financeira
Luiz Fernando Sabino | Assessor da diretoria
Nathalie Fragoso | Coordenadora da área de Privacidade e Vigilância

Conselho consultivo

Beatriz Cardoso
Carolina Rossini
Diogo R. Coutinho
Jefferson Nascimento
José Eduardo de Oliveira Faria
Marcel Leonardi
Paulo Rená
Taís Gasparian

Conselho fiscal

Adriana de Moraes Vojvodic
Aline Viotto Gomes
Benjamin Mariotti Feldmann

EXPEDIENTE

Diretoria

Francisco Brito Cruz, Mariana Valente,
Fernanda K. Martins e Heloisa Massaro

Assessor de comunicação

João Vitor Araújo

Coordenadoras de pesquisa

Alice de Perdigão Lana, Bárbara Simão,
Clarice Tavares, Ester Borges e Iná Jost

Projeto gráfico

Atonal

Redação

Alice de Perdigão Lana, Bárbara Simão,
Clarice Tavares, Ester Borges, Fernanda
K. Martins, Francisco Brito Cruz, Heloisa
Massaro, Iná Jost e João Vitor Araújo

Revisão e edição

Fernanda K. Martins, Francisco Brito Cruz
e Heloisa Massaro

INTERNETLAB



@internetlabbr



@internetlab



@internetlabbr



@internetlabbr



@internetlab



internetlab.org.br